

ALBERTIM,

Roberta Calábria

O CORPO DA MULHER (NÃO) É UMA CASA: Arte, maternagem, performance e subjetividade

Roberta Calábria Albertim¹

Vivemos em uma sociedade para a qual o corpo da mulher é um invólucro – um invólucro para o prazer masculino; um invólucro para os corpos do porvir. Desde que nasce, a mulher é levada a crer, em nossa sociedade, que seu corpo depende dos limites dos demais corpos para existir. Sentar de pernas fechadas, falar baixo, não rir demais, carregar sempre bonecas, deixar o cabelo crescer. Com o passar do tempo, tal tensionamento dos limites toma proporções que desmascaram a relação entre essa postura e o sexo – seja o sexo enquanto a posse de uma vulva, seja enquanto ato sexual: as roupas não podem ser curtas demais, a maquiagem não pode ser forte demais, deve-se atentar para a quantidade ideal de bebida alcóolica ingerida. A ideia quase certa é de que, sobretudo, temos que modificar, controlar e, no limite, odiar nossos corpos para nos enquadrarmos nos padrões sociais comportamentais e estéticos que agradem ao homem ou que, no fim das contas, não nos configurem como vítimas culpabilizadas pelos abusos e opressões sofridos.

A situação é semelhante com a gestação e a maternidade, quiçá pior, posto que estar grávida e ser mãe são situações que envolvem a vida de outrem. A patologização e a medicalização excessiva dos processos de gestação, bem como a publicização da barriga (tocada sem que se peça permissão) são exemplos dessas demandas comportamentais sociais. O parto é um cenário ainda mais grotesco quando se pensa na atenção padrão brasileira – violência obstétrica caracterizada também pela retirada de qualquer autonomia sobre o corpo e perda do protagonismo no evento². A amamentação, por sua vez, segue sendo tabu para boa parte de nossa sociedade, sobretudo para as classes mais abastadas. Inúmeros são os relatos de mulheres impedidas de amamentar em locais públicos, e mais numerosos ainda os casos de mulheres que são desencorajadas ou desacreditadas de sua capacidade enquanto nutriz. Seios femininos são capitalizados, sexualizados e expostos, porém não podem servir à função fisiológica e primária de amamentar uma criança.

1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Contato: betacalabria@gmail.com

2 De acordo com a cartilha Violência obstétrica: você sabe o que é?, elaborada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em colaboração com a Associação Artemis e o Núcleo especializado de promoção e defesa dos direitos da mulher, em 2013, "a violência obstétrica existe e caracteriza-se pela apropriação do corpo e processos reprodutivos das mulheres pelos profissionais de saúde, através do tratamento desumanizado, abuso de medicalização e patologização dos processos naturais, causando a perda da autonomia e capacidade de decidir livremente sobre seus corpos e sexualidade, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres". Esta é a definição retirada das leis venezuelana e argentina, onde a violência obstétrica é tipificada.

O cuidado infantil ainda é tarefa predominantemente feminina: são as mães, babás e professoras a quem é inculcada a responsabilidade de garantir carinho, saúde, segurança e educação para as crianças. É-nos dito que o cuidado é uma condição inerente ao sexo feminino. É preciso voltar ao corpo de antes, manter os cabelos arrumados, estar completamente disponível – acolhedora. Chorar, reclamar ou pedir ajuda está fora de cogitação e, quando um desses recursos é acionado, corre-se o risco da patologização do comportamento.

Quais processos de produção de sentidos contribuem para tal construção social da maternagem? Segundo Jeff Hopkins (1994), pesquisador canadense em geografia cultural, *“a paisagem cinematográfica não é um espaço neutro de entretenimento ou um mero reflexo da realidade, mas uma criação cultural, ideologicamente carregada, que constrói, legitima, questiona e oculta significados sociais”* [tradução nossa³] (HOPKINS, 1994, p. 47). Aqui, me aproprio desta fala, resguardando as diferenças de aproximação entre a interface cinematográfica e de outros suportes artísticos, para refletir como obras de arte ocupam o mesmo patamar de criação cultural.

Considero que este arcação visual corrobora a criação de um imaginário comum acerca do comportamento desejado para as mulheres que se tornam mães, imaginário esse que reforça a culpa materna por parte daquelas que não se sentem contempladas por essas criações. Há atualmente, no entanto, um movimento crescente de artistas e obras que buscam disputar esse imaginário recorrendo a uma narrativa imagética diferenciada, embebida por reflexões provindas do diálogo que estabelecem com os debates feministas contemporâneos e problematizando leituras até então idealizadas e estereotipadas da maternidade. São algumas destas artistas que apresento neste livro, com o intuito de fortalecer o debate sobre a arte contemporânea feminista, sob a perspectiva das mulheres mães, considerando a relevância do papel social que nos é atribuído, o impacto da experiência com esse papel nas produções artísticas e o reflexo destas produções na construção e desconstrução deste mesmo papel. Mulher, mãe, artista: como oroboro, serpente que engole a própria cauda, seguimos dando voltas e revisitando as instâncias de atuação de cada uma dessas personas, buscando uma completude infinita e inalcançável.

Apesar dos avanços da literatura feminista, bem como da crítica de arte feminista, ainda são poucos os estudos acerca da maternidade. Tal lacuna se apresenta principalmente no que se refere a reflexões que não partam dos pressupostos hegemônicos existentes a respeito de uma maternidade feminista ou um feminismo materno, ainda mais ao se buscar estudos que se interessem por analisar o que há para além da imagem estereotipada – vezes beatificante, vezes aviltante – da mulher-mãe: sujeito duplamente construído na intersecção de duas entidades sociais, mulher e mãe. Não se trata de uma mulher “qualquer”, pois há especificidades trazidas pelo mecanismo identitário da maternidade que influenciam diretamente a experiência da mulher com o mundo, num amálgama diverso de opressões e emancipações. Nesse

3 Do original “The cinema landscape is not, consequently, a neutral place of entertainment or an objective documentation or mirror of the ‘real’, but an ideologically charged cultural creation whereby meanings of place and society are made, legitimized, contested, and obscured”.

processo, é difícil negar a influência exercida pelo regime de visualidades no qual estamos inseridas, composto também pelo repertório imagético das artes visuais. Afinal, saber se a vida imita a arte ou se a arte persegue as experiências vividas é, há muito, uma falsa questão diante da constituição mútua dessas dimensões.

Na medida em que podemos considerar a arte feminista como uma maneira de se colocar no mundo por meio de um aporte de discursos representacionais específico, então ela também deve ser vista como um ato de produção plural, uma vez que a subjetividade da artista é valorizada a partir das diferenças apresentadas – elemento primordial para sua fruição. Segundo Butler (2003), por um lado, a representação serve como termo operacional no seio de um processo político que busca entender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos; por outro lado, a representação é a função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres. (BUTLER, 2003, p. 18).

Esta compreensão da filósofa pode ser estendida a uma categoria específica no seio de um conjunto de mulheres: as mulheres-mães. Para isso, porém, é necessário compreender que, conforme Butler (2003) mesmo propõe, em seu livro *Problemas de Gênero*, o gênero é ordinariamente constituído por atos, gestos, representações. Para ela, o gênero “*não é um ato singular, mas uma repetição e um ritual, que realiza seus efeitos através da sua naturalização no contexto no qual o corpo é compreendido, em parte, como culturalmente sustentado na duração temporal*” (BUTLER, 2003, p. 15). A construção daquilo que reconhecemos como homem ou mulher, portanto, acontece através da forma como estes corpos atuam (ou são compelidos a atuar) repetitivamente em “rituais sociais”:

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado. (BUTLER, 2003, p. 194).

Por isso a ideia que cinzelo nestas páginas tem também na performatividade um conceito-chave. O diálogo com tal concepção ecoa o que a linguista e professora da Universidade de Londres, Emily Jeremiah, argumenta no texto *Motherhood to Mothering and Beyond: maternity in recent feminist thought*, ao cunhar o termo *performatividade materna*⁴. Sua reflexão complexa e afiada sobre a aplicação do conceito de performatividade à maternidade concretiza um pensamento, uma espécie de aura que já vem sendo sentida pelas mulheres-mães que dialogam com as reflexões

4 Do original “maternal performativity”, tradução nossa.

feministas da contemporaneidade: a necessidade de se incorporar um caráter ativo ao conceito de maternidade. Para tanto, Emily faz a provocativa sugestão de abandonarmos o tão polissêmico termo “maternidade” para adotarmos a palavra “maternagem”, na qual a agência da mulher-mãe ganharia destaque.

Este ainda é um debate incipiente nos campos que vão para além da psicanálise *winnicotiana*, e ainda é árdua a tarefa de ressignificar o termo sem encharcá-lo das relações de culpa e dependência, acolhimento e cuidado. A ideia é dar ao conceito as características de ação, de verbo, de algo que, carregado do debate pós-estruturalista de fluidez e movimento, está em constante construção e mudança a partir da atuação do sujeito e de suas relações com o mundo. Segundo Emily,

falar de maternagem é destacar a natureza ativa da maternidade: uma medida importante, dada a visão tradicional da cultura ocidental de que a mãe é passiva e impotente. É também pavimentar o caminho para um entendimento do comportamento da mãe como performativo e potencialmente subversivo [tradução nossa⁵] (JEREMIAH, 2006, p. 21-22).

A maternagem é uma ação, uma prática, e é fundamental reconhecer a necessidade de apoderamento dessa ação de forma a modificar os rituais sociais que constituem as práticas maternas para, então, exercer a agência deste papel. Não à toa a socióloga e professora da Universidade de York (Canadá), Mielle Chandler (1998), afirma que “[...] *ser mãe é encenar a maternagem*” (CHANDLER, 1998, p. 273) [tradução nossa⁶]. Se consideramos que, para Butler, linguagem e materialidade não são nem idênticas nem diferentes (sobretudo ao compreendermos a desconstrução por meio do “pensamento do nem/nem”⁷), mas se retroalimentam, conseguimos conceber a importância latente – e urgente – da ressignificação da maternagem. Afinal, é durante o processo de formatação do sujeito mãe que o próprio “eu” materno emerge.

Se a arte interpela o sujeito ao trabalhar internamente a construção de suas subjetividades, o debate no campo da produção artística desde um recorte pós-estruturalista (no qual conceitos como autonomia autoral e a própria autoridade estão desmantelados) abre espaço para abordar uma performatividade estética para além de compreensões artísticas diretamente relacionadas à performance.

Impossível, diante disso, separar a maternagem do capitalismo e da mercantilização da qual é alvo. Ocorre que, em uma era da “transestética” – conforme argumentam Gilles Lipovestky e Jean Serroy em seu livro *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo*⁸ – na qual lidamos com a miscelânea formada pelo entrecruzamento

5 Do original “To talk of mothering is to highlight the active nature of maternity: an important move, given the traditional view in western culture of the mother as passive and powerless. it is also to pave the way for an understanding os mother's behaviour as performative and potencially subversive”.

6 “[...] to be a mother is to enact mothering”.

7 CRAGNOLINI, 2002.

8 LIPOVETSKY e SERROY, 2015.

da criação e do entretenimento, da arte e do *show business*, da comunicação e da moda, poucas práticas escapam daquilo que caracteriza o atual *capitalismo artista*:

(...) o fato de que cria valor econômico por meio do valor estético e experimental: ele se afirma como um sistema conceitor, produtor e distribuidor de prazeres, de sensações, de encantamento. Em troca, uma das funções tradicionais da arte é assumida pelo universo empresarial. O capitalismo se tornou artista por estar sistematicamente empenhando em operações que, apelando para os estilos, as imagens, o divertimento, mobilizam os afetos, os prazeres estéticos, lúdicos e sensíveis dos consumidores. O capitalismo artista é a formação que liga o econômico à sensibilidade e ao imaginário; ele se baseia na interconexão do cálculo e do intuitivo, do racional e do emocional, do financeiro e do artístico. (LIPOVETSKY e SERROY, 2015, p. 43).

Assim sendo, faz-se importante reconhecer que no período gravídico puerperal as mulheres conformam também um perfil específico e muito visado de pessoa consumidora. Como calcula a socióloga estadunidense Janet Vertesi, na era do “*big data*”, se o consumidor comum vale US\$ 0,10, as gestantes valem US\$1,50 (VERTESI, 2014). Isso reforça a importância de se atentar aos recortes de classe que constituem a maternagem, pois como lembra a psicanalista Maria Lucia Homem (2017) “(…) *ter um filho fofo e lindo e que me emociona acaba virando uma necessidade. O problema é que o serviço de uma idealização custa dinheiro e custa seu ser, além de ser falso*” (HOMEM, 2017).

Outra questão que precisa ser levada em conta é a de que, apesar do esforço de reconhecer a mulher-mãe enquanto sujeito, quando falamos de maternagem, ou mesmo de maternidade, entendemos que esta posição depende de forma taxativa de um Outro – aquele ser que esta mãe cria, criou ou criará, pois se compreendemos que

[...] alguém vem a existir pela dependência fundamental do endereçamento do Outro. Alguém existe não apenas pelo fato de ser reconhecido, mas em sentido anterior, em ser reconhecível. Os termos que promovem o reconhecimento são estes mesmos convencionais, os efeitos e instrumentos de um ritual social que determina, frequentemente através da exclusão e da violência, as condições linguísticas da possibilidade de sobrevivência dos sujeitos. (BUTLER, 1997, p. 05),

no caso da maternidade esta interdependência é ainda mais fundamental. Ninguém é apenas mãe: sempre se é mãe de alguém, numa relação indissolúvel e intrincada.

Tal situação se torna ainda mais complexa em uma sociedade como a nossa, na qual ser mãe nem sempre é resultado de uma escolha, sim frequentemente um desdobramento do caráter compulsório que a maternidade adquire. Ter isso em conta é crucial para pensarmos a construção de mulheres-mães protagonistas de sua

maternagem, para o que o conceito de hospitalidade absoluta de Jacques Derrida (2004) – filósofo argelino e principal expoente do desconstrucionismo – sirva como uma lente promissora. Segundo o filósofo,

[...] a hospitalidade absoluta exige que eu abra minha casa e não apenas ofereça ao estrangeiro (provido de um nome de família, de um estatuto social de estrangeiro, etc.), mas ao outro absoluto, desconhecido, anônimo, que eu lhe ceda lugar, que eu o deixe vir, que o deixe chegar, e ter um lugar no lugar que ofereço a ele, sem exigir dele nem reciprocidade (a entrada num pacto), nem mesmo seu nome. (DERRIDA, 2004, p. 23).

Por outro lado, este ser que chega nem sempre é um hóspede, como o filósofo argelino também explicita:

Como distinguir entre um hóspede (guest) e um parasita? Em princípio, a diferença é estrita, mas para isso se exige um direito; é preciso submeter a hospitalidade, a acolhida, as boas-vindas, a uma jurisdição estrita e limitativa. Nenhum que chega é recebido como hóspede se ele não se beneficia do direito à hospitalidade ou do direito ao asilo, etc. Sem esse direito ele só pode introduzir-se 'em minha casa' de hospedeiro, no *chez-soi* do hospedeiro (host), como parasita, hóspede abusivo, ilegítimo, clandestino, passível de expulsão ou detenção. (DERRIDA, 2004, p. 53).

O lugar oferecido por nós, como mulheres-mães, é o próprio corpo, impelindo-nos a assumir o pressuposto taxativo de que apenas acolhendo – e hospedando – o Outro (que chega a despeito de sua própria existência) é que podemos, nós mesmas, existir. Na maternidade, nada se sabe sobre o ser que vem; nada em absoluto – quem vem é um completo anônimo. Mesmo assim, já é preciso sentir que se ama. Social e culturalmente, uma mulher que espera uma criança deve amá-la mesmo sem saber nada sobre ela, “nem mesmo seu nome”. A mulher deve “ceder lugar”, “deixar vir”. A mãe da cultura branca ocidental é aquela que ama por dois mesmo sem saber a quem está amando. Por isso, a arte – e a construção de uma estética performativa da maternagem – não pode se furtar a refletir sobre as possibilidades de uma mulher atualmente existir enquanto sujeito diante da demanda social estrutural que a impele a disponibilizar seu corpo como lugar de invasão, lugar de morada de Outrem, sem que se saiba se para a mulher esse Outro é hóspede ou parasita.

A impossibilidade de escapar dessa demanda pela construção de um sujeito protagonista de sua maternagem, porém, coloca desafios específicos a tais práticas artísticas. Ao discutir, por exemplo, o que chama de “instituição violenta do ‘quem’ como sujeito” (DERRIDA, 2010, p. 297), Derrida evidencia a estrutura violenta por trás da compreensão naturalizada do “nós” que está implícita no conceito de sujeito. “Nós”, para ele, são “os europeus adultos machos brancos carnívoros e capazes de sacrifícios” (idem), – um sujeito que exclui a diferença. Butler (2003) corrobora esta

visão ao reconhecer que a regulação e a produção padrão de sujeitos é o *modus operandi* da dominação. Por isso, na busca por contribuir com a criação de maternagens pela liberdade, autonomia e empoderamento, aquelas expressões artísticas que fomentam espaços internos de elaboração de identidades adaptáveis, fluidas e que estejam no mundo de forma ativa e consciente – ao invés daquelas que se pautam na construção de novas identidades – ganham maior importância.

Isso me traz de volta a Emily Jeremiah que, ao argumentar por uma estética materna performativa e ética, considera que a prática estética envolve relacionabilidade e corporeidade constituída em uma cultura particular. Em que pese tratar em seu texto especificamente do papel da literatura como promotora de “conjuntos de identificação fluidos e não hierárquicos” [tradução nossa⁹] (JEREMIAH, 2006, p. 29), Emily termina suas reflexões apontando a urgente tarefa a qual estamos compelidas coletivamente: reavaliar o status tanto da maternagem quanto da arte na cultura contemporânea – processo com o qual estas páginas tentam contribuir, de forma introdutória, versando sobre o campo artístico.

Estamos diante do necessário embate pelo reconhecimento do envolvimento intrínseco da arte na construção do papel social da mulher-mãe enquanto protagonista de sua maternagem, bem como no debate sobre as influências que a era da transestética e o capitalismo artista exercem sobre ela. Afinal, não podemos negar que somos constituintes e constituídas pela lógica da imagem que constrói o consumo e comodifica as identidades. Apesar de compartilharem essa inserção em certa medida forçada, cada uma das artistas citadas aqui buscam, à sua maneira, denunciar a forma como o sistema imagético e econômico violenta a formação da mulher-mãe como sujeito específico. Abordo aqui algumas das artistas contemporâneas que oferecem subsídios para pensarmos a respeito das formas por meio das quais o arcabouço imagético da produção artística contribui para a construção social das ideias interrelacionadas de maternidade, gestação, amamentação e cuidado. Ainda, entretanto, que tenha objetivado uma aproximação interseccional com a maternagem e buscado o trabalho de arte de mulheres negras, periféricas, lésbicas e de outros segmentos oprimidos, constato com pesar que as obras aqui abordadas apontam majoritariamente para um público branco, instruído, de classe média ou alta, que muitas vezes segue os padrões tradicionais e restritivos da noção de família. Assim, convido a quem se interessar a não apenas se permitir um novo olhar para a arte de, sobre e feita por mulheres mães, mas essencialmente para que possamos estabelecer novos paradigmas de imbricamento dos papéis sociais performatizados por cada uma e cada um de nós na construção de uma coletividade libertária, potente, inclusiva e equânime.

9 Do original “the experience of writing and reading also promote non-hierachical, fluid sets of identifications”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão de Identidade*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é possível de luto?* São Paulo: Civilização Brasileira, 2015.
- CRAGNOLINI, Mónica Beatriz. Una ontología asediada por fantasmas: el juego de la memoria y la espera en Derrida. In: *Escritos de Filosofía*. Buenos Aires: Academia Nacional de Ciencias, n 41-42, 2002.
- CHADWICK, Whitney. *Mujer, Arte y Sociedad*. Barcelona: Ediciones Destino, 1999.
- CHEERNICK, Myrel e EDS, Jennie Klein. *The M word: real mothers in contemporary art*. Toronto: Demeter Press, 2011.
- CLOUTIER-BLAZZARD, Kimberlee A. *Cindy Sherman: Her 'History Portrait'*. Series as Post-Modern Parody. Disponível em: <<https://breadandcircusnetwork.wordpress.com/2007/07/29/cindy-sherman-her-%E2%80%99History-portrait%E2%80%9D-series-as-post-modern-parody/>>. Acesso em 7 fev. 2017.
- CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004
- DELAURETIS, Teresa. *The technology of gender*. Blomington: Indiana University Press, 1987.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- DERRIDA, Jacques. *Adeus a Emmanuel Lévinas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- DERRIDA, Jacques. *Esporas – os estilos de Nietzsche*. Nau Editora, 2013.
- DERRIDA, Jacques. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DERRIDA, Jacques. *Gênesis, genealogias, gênero e o gênio*. Porto Alegre: Suliva, 2005.
- DERRIDA, Jacques; DUFOURMENTELLE, Anne. *Anne Dufourmentelle convida Jacques Derrida a falar sobre hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.
- DIAS, Tatiana; VARON, Joana; TEIXEIRA, Lucas. *Mãe é quem clica: estamos parindo crias do chupadados*. Disponível em: <<https://chupadados.codingrights.org/vc-e-oq-vc-clica/>>. Acesso em 17 mar. 2018.
- FISCHER, R.M.B. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. *Estudos feministas*, v. 9, n.2, pp. 586-599, 2001.
- FONSECA, R.M.G.S. Espaço e gênero na compreensão do processo saúde-doença da mulher brasileira. *Revista latino-americana de enfermagem*. Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 5-13, janeiro 1997.
- HEROD, Andrew. *Scale*. Nova York: Routledge: 2011.
- HOMEM, Maria Lucia. Entrevista a Camilla Hoshino. Disponível em: <<https://lunetas.com.br/maternidade-estado-permanente-de-gratidao-e-falso/>>. Acesso em 4 dez. 2017.
- HOPKINS, Jeff. *Place, power, situation and spectacle*. Londres: Rowman & Littlefield Publications: 1994.
- JEREMIAH, Emily. Motherhood to mothering and beyond: Maternity in recent feminist thought. *Journal of the Association for Research on Mothering*, v. 8, ns. 1 e 2, 21-33. Canadá: SSHRC, 2006.
- KAPLAN, E. Ann. *Motherhood and representatios: the mother in popular culture and melodrama*. Nova York: Routledge, 1992.
- KLEIN, Jennie. *Maternal Methaphors*. Disponível em: <www.myrelchernick.com/maternalmetaphors/Jenniertext.htm>. Acesso em 7 fev. 2016.
- LIPOVETSKY, Gilles e SERROY, Jean. *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LISS, Andrea. *Feminist art and the maternal*. Minnesota: Univ Of Minnesota Press, 2009
- LONGHURST, Robyn. *Coreographies of pregnancy: 'bikini babes'*. *Environ Plan D*. vol. 18, n. 4. Ca-

lifornia: Sage, 2000, pp. 472-453.

MATESCO, Viviane et ali. *Arte, mulher e sociedade – residência artística em instituição pública de saúde*. 24º Encontro da ANPAP. Compartilhamentos na arte: redes e conexões. Santa Maria, 2015.

MIELLE, Chandler. *Queering Maternity*. Journal of the Association for Research on Mothering. Disponível em: <<https://jarm.journals.yorku.ca/index.php/jarm/article/view/2806>>. Acesso em 6 jul. 2018.

NESBITT, Kate (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NOCHLIN, L. *Bathes, bodies and beauty: the visceral eye*. Harvard: Cambridge, 2006.

NOCHLIN, L. *Representing Women*. New York: Thames and Hudson, 1999.

NOCHLIN, L.; REILLY, Maura. *The Linda Nochlin Reader*. Nova York: Thames and Hudson, 2015.

RICH, S.K. Essay. In: *Trough the looking glass: women and self-representation in contemporary art*. Pennsylvania: Pennsylvania State University – Palmer Museum of Art.

RODRIGUES, Carla. A mulher sujeita ao impossível. In: ASSIM, Zamira de e DOS RUDDICK, Sara. *Mathernal Thinking*. Boston: Beacon Press, 1989.

RUDDICK, Sara. *Duas palavras para o feminino: hospitalidade e responsabilidade*. Sobre ética e política em Jacques Derrida. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

RUDDICK, Sara. Mulher, verdade, indecidibilidade. In: DUQUE-ESTRADA, Paulo César (Org.). *Espectros de Derrida*. Rio de Janeiro: PUC-RJ e Nau, 2008. Pp. 91-120.

RUDDICK, Sara. Pelo direito à indiferença. *Estudos feministas*. Florianópolis, n. 22(1), pp. 361-391, jan/abr 2014.

SANTOS, Magda Guadalupe (Org.). *Diferença sexual e desconstrução da subjetividade em perspectiva*. Belo Horizonte: P'Plácido, 2016.

SCAVONE, L. *A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais*. São Paulo: Cadernos Pagu, 2001.

VERTESI, Janet. Conferência Theorizing the web, Brooklyn, 2014. Disponível em:

<<https://mashable.com/2014/04/26/big-data-pregnancy/#ldXj2Q8T58qw>>. Acesso em 11 mar. 2018.

ZIVI, Karen. Rights and the politics of performativity. In: (Ed) CARVER, Terrel e ALLEN, Samuel. *Judith Butler's Precarious Politics: Critical Encounters*. Routledge, 2008.